

Bruxelas, 28 de fevereiro de 2017
(OR. en)

6766/17

AGRI 95
AGRIORG 23
AGRILEG 52
AGRISTR 19

NOTA

de:	Presidência
para:	Conselho
Assunto:	PAC pós-2020 – Troca de pontos de vista

1. Tendo em conta o debate sobre o futuro da PAC agendado para o Conselho (Agricultura e Pescas) de março, a Presidência identificou um certo número de prioridades que deverão servir de orientação para o debate sobre a estratégia futura.
2. Este debate surge num momento muito importante e vem na sequência do lançamento da consulta pública sobre a modernização e simplificação da PAC (ver documento WK 1185/17). Dito isto, os debates sobre o futuro da PAC tiveram já início, tendo sido realizada uma série de debates nos últimos meses, tais como a reunião informal dos Ministros da Agricultura em Amesterdão (NL), a reunião dos Ministros da Agricultura em Chambord (FR), o Conselho (Agricultura e Pescas) de novembro de 2016, a Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural – Cork 2.0 – em novembro de 2016, vários debates no Parlamento Europeu de que resultaram relatórios de iniciativa, e o Grupo de Missão para os Mercados Agrícolas (GMMA) e respetivo relatório em 2016, para citar apenas alguns exemplos.

3. Não obstante a importância dos objetivos estabelecidos pelo TFUE e sem prejuízo do próximo quadro financeiro plurianual, pode ser identificado um certo número de prioridades adicionais. Na base dessas prioridades está a necessidade de manter um orçamento suficiente para a futura PAC, que assegure simultaneamente a coerência com outras políticas da UE, bem como a consecução do objetivo de **simplificação**. Considerada uma prioridade de carácter transversal, a simplificação deverá continuar a ser um princípio fundamental da futura PAC, não só ao nível da legislação mas também em termos de aplicação e de controlos, tal como referido nas conclusões do Conselho de maio de 2015 (doc. 8485/15).
4. Dos debates recentemente efetuados destacam-se nomeadamente as seguintes prioridades (alguns dos exemplos adiante apresentados poderão ser abrangidos por mais do que uma rubrica), sem nenhuma ordem especial de importância:
- i. **Reforçar a resiliência:** incluem-se aqui questões como a gestão dos riscos, sejam eles meteorológicos ou sanitários, o acesso ao capital e aos instrumentos financeiros, o apoio ao rendimento, a volatilidade do rendimento/dos preços, o reforço da competitividade, o investimento em investigação e inovação, a prestação de apoio específico às zonas desfavorecidas, a segurança alimentar, as necessidades específicas das explorações agrícolas familiares e das pequenas e médias explorações agrícolas, e, por último, a maior sensibilização dos consumidores.
 - ii. **Dar resposta aos desafios ambientais:** reforçando a sustentabilidade da agricultura, lutando contra as alterações climáticas, fornecendo bens públicos ambientais, honrando os compromissos assumidos a nível internacional, tanto no que respeita ao clima na sequência da COP 21 da CQNUAC ou a objetivos mais amplos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
 - iii. **Investir na viabilidade e vitalidade do meio rural:** incrementando a criação de emprego e apoiando a prestação de serviços nas zonas rurais, melhorando a governação rural, apoiando a diversificação da agricultura e das atividades conexas no contexto mais amplo, e bem assim explorando plenamente a multifuncionalidade da agricultura;

- iv. **Assegurar a renovação geracional:** facilitando o acesso ao financiamento e ao solo, a transferência de conhecimentos, a formação profissional, e bem assim reduzindo os obstáculos administrativos;
 - v. **Manter uma orientação de mercado:** abrangendo matérias como o fomento da competitividade, a contribuição para uma agricultura viável, a busca do justo equilíbrio entre a abertura de novos mercados, a proteção de setores sensíveis e a preservação das elevadas normas da UE, e reforçando simultaneamente a competitividade das exportações;
 - vi. **Reforçar a posição dos agricultores:** no que respeita à transparência, às relações contratuais, às práticas comerciais desleais, à promoção da cooperação entre agricultores, a uma perspetiva mais ampla e holística do abastecimento alimentar e à maior sensibilização dos consumidores, baseando-se para esse efeito no relatório do GMMA, bem como nas conclusões do Conselho de dezembro de 2016 (doc. 15508/16);
5. No Conselho (Agricultura e Pescas) de 6 de março, a Presidência gostaria que os Ministros partilhassem as suas ideias sobre a forma como estas prioridades podem ser atendidas, mediante opções estratégicas concretas. Para o efeito, a troca de pontos de vista será estruturada com base nas duas perguntas seguintes:
- *Na sua opinião, qual seria a forma mais eficaz de atender a estas prioridades?*
 - *Sem prejuízo do financiamento global da PAC, considera que se deveria proceder a um exercício de reajustamento entre o primeiro e o segundo pilares da PAC a fim de concretizar essas prioridades?*

Ao responderem a estas perguntas, as delegações poderão talvez ter em conta as várias recomendações que foram já apresentadas a fim de atender a estas prioridades, por exemplo no relatório do GMMA, nas conclusões do Conselho de 2015 e 2016, bem como na Declaração de Cork 2.0.